

## CADERNO DE PROVA

### INSTRUÇÕES

**Antes de iniciar, confira as páginas de seu Caderno de Prova e a sequência numérica das questões, comunique qualquer falha ao fiscal para providências, pois não poderá fazê-lo posteriormente.**

- Este caderno contém a **PROVA OBJETIVA** com 25 (vinte e cinco) questões, sem repetição ou falhas.
- O tempo disponível para realização da prova será de **3 (três) horas**, não havendo prorrogação por qualquer motivo, exceto aos candidatos com solicitação de atendimento especial de tempo adicional deferida para realização das provas.
- No **CARTÃO-RESPOSTA**, as questões são representadas por seus respectivos números. Apesar de constar 100 (cem) questões no cartão-resposta, o candidato deverá marcar nele apenas as 25 (vinte e cinco) iniciais correspondentes às questões do Caderno de Prova. Preencha, **fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.**
- Para cada questão, serão apresentadas 5 (cinco) alternativas designadas pelas letras a), b), c), d) e e). Assinale **uma alternativa para cada questão**. A rasura ou a marcação em mais de uma alternativa, ainda que levemente marcada com um pingo de tinta da caneta, no cartão-resposta, **anula a marcação da questão do(a) candidato(a).**

Exemplo de marcação correta:



- O candidato deverá assinar o Cartão-Resposta no local destinado para tal, sob pena de eliminação.
- O **CARTÃO-RESPOSTA** não pode ser dobrado, amassado, rasurado, riscado ou manchado, pois este documento **não é substituível.**
- O candidato só poderá ausentar-se da sala de provas depois de decorrida 1 (uma) hora de seu início e levar o caderno de prova após o decurso de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de seu início.
- Os três últimos candidatos deverão sair juntos e assinar a ata de sala.

## PROVA OBJETIVA

### QUESTÃO 1

A respeito do poder constituinte, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O poder constituinte originário advém do direito natural do homem organizar sua vida em sociedade, pressupõe sua anterioridade, sendo portanto inicial, autônomo, independente, incondicional e formalmente limitado.
- b) O poder constituinte revisional possui limitação temporal, estando instituído no ADCT.
- c) O poder constituinte reformador é de segundo grau e admite derivação de competência focando nos princípios e valores constitucionais de onde advém sua limitação condicionante como elemento base.
- d) A forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e obrigatório; a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais são cláusulas pétreas, configurando-se limitações materiais de competência reformadora.
- e) O poder constituinte originário é ilimitado. Exemplo disso são as cláusulas pétreas as quais impedem sua alteração, inclusive por emendas constitucionais.

### QUESTÃO 2

Sobre mutação constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É modo de manifestação do poder constituinte difuso.
- b) Ocorre por meio de emendas à Constituição Federal.
- c) Não se altera o texto constitucional, alterando-se o significado do texto.
- d) Surgem de forma lenta e gradual, fruto da própria dinâmica social através da influência dos grupos de pressão social, políticas ou econômicas.
- e) A expressão mutação constitucional foi cunhada por Jellinek, na Alemanha do século XIX.

### QUESTÃO 3

A respeito da tradicional classificação de José Afonso da Silva sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Norma jurídica de eficácia plena são de aplicabilidade imediata, integral, indireta, tem autonomia operativa e é completa.
- b) Norma jurídica de eficácia contida, redutível ou restringível tem aplicabilidade mediata, integral, direta, podendo ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.
- c) Norma jurídica de eficácia limitada depende de normatividade futura, tem aplicabilidade indireta, mediata, reduzida e o legislador ordinário integra-lhe eficácia por meio de lei ordinária.
- d) Normas de princípio constitucional institutivo estabelecem programas a serem desenvolvidos mediante legislação integrativa e dependem de lei posterior.
- e) Normas de princípio constitucional dissonante admite interpretação dos tribunais superiores, tem aplicabilidade imediata e integral, independentemente de norma integrativa.

### QUESTÃO 4

A hermenêutica visa a interpretação das leis. O modo de interpretação da norma que leva em conta os objetivos, isto é, os fins para os quais a lei foi criada dá-se o nome de:

- a) interpretação analógica.
- b) interpretação lógica.
- c) interpretação sistemática.
- d) interpretação autêntica.
- e) interpretação sociológica.

**QUESTÃO 5**

Sobre os princípios de interpretação constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Princípio da efetividade da constituição afirma que a constituição precisa ser interpretada como um todo harmônico, de modo sistemático.
- b) Princípio da concordância prática afirma que a constituição deve ser interpretada de modo a não perturbar as atribuições constitucionalmente estabelecidas por competências.
- c) Princípio da conformidade funcional afirma que a constituição deve ser interpretada buscando-se harmonizar os direitos fundamentais.
- d) Princípio integrador afirma que a constituição deve ser interpretada considerando o sentido que fortaleça a unidade política e a integração social brasileiras.
- e) Princípio da interpretação conforme afirma que a constituição deve ser interpretada pelos tribunais superiores visando atender as necessidades sociais, adequando a norma constitucional à sociedade.

**QUESTÃO 6**

A respeito da Administração Pública Direta e Indireta, pode-se afirmar corretamente, EXCETO:

- a) A administração pública indireta é composta por entidades descentralizadas, possuindo personalidade jurídica própria.
- b) As autarquias são criadas por lei, tem patrimônio e receitas próprios, prestam serviços de forma descentralizada e suas ações pertencem 100% ao Estado.
- c) A desconcentração administrativa caracteriza-se por uma distribuição interna de competências, sem delegação de atividades à outra pessoa jurídica.
- d) A sociedade de economia mista tem sua criação autorizada por lei e explora atividade econômica sob forma de sociedade anônima.
- e) A empresa pública possui patrimônio próprio e capital exclusivo da União, tendo sua criação autorizada por lei específica.

**QUESTÃO 7**

Com relação às agências reguladoras e executivas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O reconhecimento de uma autarquia ou fundação pública como agência executiva ocorre por meio de expedição de decreto.
- b) Sua principal função é de controle de pessoas jurídicas de direito privado as quais estejam sob o regime de contratação pública de autorização.
- c) As agências reguladoras têm função normativo-regulamentar, fiscalizatória, de fomento e controle, podendo celebrar contratos de gestão com o objetivo de reduzir custos.
- d) O principal objetivo de uma agência executiva é fiscalizar as atividades administrativas das autarquias e fundações públicas.
- e) As atribuições das agências reguladoras podem ser transferidas a pessoas jurídicas de direito privado mediante o regime de concessão ou permissão.

**QUESTÃO 8**

Com relação aos atos administrativos, sua anulação, revogação e convalidação, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- b) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) Os atos que apresentem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- d) A revogação, de efeito *ex tunc*, é supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz o qual é retirado do mundo jurídico por não ser mais conveniente sua existência.

e) A administração pública pode anular seus próprios atos quando ilegais e revogá-los quando inconvenientes ou inoportunos.

**QUESTÃO 9**

O poder de polícia praticado por um agente administrativo está adequadamente exemplificado quando:

- a) age em legítima defesa.
- b) realiza uma prisão em flagrante delito.
- c) se realiza a apreensão de mercadorias vencidas e impróprias para o consumo.
- d) apreende um veículo automotor por excesso de velocidade.
- e) faz um Boletim de Ocorrência na Delegacia.

**QUESTÃO 10**

Os atos administrativos podem ser objeto de controle judicial:

- a) de mérito e de legalidade nos atos discricionários.
- b) nos atos discricionários ou vinculados, tanto de mérito quanto de legalidade.
- c) de mérito e exclusivamente nos atos vinculados.
- d) exclusivamente de mérito nos atos discricionários.
- e) apenas de legalidade nos atos discricionários, respeitados os limites da discricionariedade administrativa.

**QUESTÃO 11**

Sobre as espécies de agentes públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O servidor público está sob regime contratual celetista, a serviço do Estado sob a égide do Direito Público.
- b) Os empregados públicos são aqueles que estão sob um regime jurídico estatutário de direito público, ocupando cargos públicos, efetivos ou em comissão.

c) O agente político é aquele que ocupa alto cargo na administração pública. Sua competência deriva da Constituição Federal. Ex: juízes e promotores.

d) Os agentes honoríficos são os leiloeiros, tradutores, serventuários de Cartório etc.

e) Os agentes delegados prestam serviço de natureza transitória, sem remuneração.

**QUESTÃO 12**

A obrigação é o vínculo jurídico que confere ao credor o direito de exigir do devedor o cumprimento de uma obrigação (Carlos Roberto Gonçalves). Quanto a classificação das obrigações, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Configura a obrigação de trato periódica a compra e venda a prazo.
- b) A obrigação de dar uma casa a alguém quando este completar 18 anos de idade configura obrigação condicional.
- c) A conduta humana de dar, fazer ou não fazer é classificada como obrigação imediata quanto ao objeto.
- d) O elemento objetivo da relação obrigacional, quanto aos seus elementos, diz respeito ao objeto da relação jurídica.
- e) O contrato firmado entre médico e paciente, obrigação de meio, não responsabiliza o médico caso o resultado almejado não seja atingido.

**QUESTÃO 13**

Sobre os modos de extinção das obrigações, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na novação pode ocorrer a extinção das garantias da dívida, dentre eles pode ocorrer a desoneração do fiador.
- b) O fiador, em virtude do princípio da gravitação jurídica, pode alegar compensação por um crédito titularizado pelo afiançado.
- c) A compensação pode ser afastada por renúncia prévia de uma das partes ou por mero ajuste entre elas.
- d) Hipótese de confusão é aquela onde o credor casa-se com a devedora no regime de comunhão universal de bens, extinguindo-se a obrigação.

e) A remissão, liberalidade unilateral do credor, ocorre no caso do credor perdoar o devedor de dívida para obter vantagem em outro negócio.

#### QUESTÃO 14

A respeito do instituto da mora, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Quando o credor não quiser receber o pagamento ou quando o devedor não quiser efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma, considerar-se-ão em mora.
- b) Enquanto mora *solvendi* indica a mora do devedor, a mora *accipiendi* indica a mora do credor.
- c) A mora do credor subtrai o devedor isento de dolo da responsabilidade pela conservação da coisa.
- d) Condição *sine qua non* para a constituição em mora do devedor, a interpelação pode ocorrer de modo judicial ou extrajudicialmente.
- e) Uma das consequências da mora *accipiendi* é a de ser imposto ao credor o recebimento da prestação pela estima mais favorável ao devedor, caso o valor da prestação oscile entre a data que deveria pagar e o pagamento efetivo da prestação.

#### QUESTÃO 15

Com relação à transmissão das obrigações, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Dentre os requisitos para a existência da cessão de crédito estão o negócio jurídico que transmita um crédito ou parte dele, a inexistência de impedimentos legais ou contratuais e a ligação do crédito à pessoa do devedor decorrente da própria pactuação.
- b) A cessão de crédito é negócio jurídico bilateral e gratuito, não admitindo a forma onerosa.
- c) A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, somente em escrito público, se declarou ciente da cessão feita.
- d) O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.

e) A cessão de contrato, embora não previsto no Código Civil, possui grande aplicação na cessão de locação, financiamento, empreitada e, em especial, o mútuo.

#### QUESTÃO 16

A Constituição Federal tutelou vários aspectos garantistas em relação às populações indígenas no Brasil. Dentre elas, a alternativa CORRETA é:

- a) O legislador constituinte originário, visando dar proteção constitucional aos povos indígenas, embora tenha reconhecido aos índios o direito de serem partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de direitos e interesses, manteve a obrigatoriedade de participação da FUNAI nestas demandas, inovando ao introduzir a participação do Ministério Público em todos os atos do processo.
- b) Compete exclusivamente à União legislar sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Nesse sentido, uma demarcação é mero ato declaratório, reconhecimento feito pelo Estado, assegurando a plena eficácia do direito constitucional protetor.
- c) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, crenças, tradições e línguas, todavia o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa assegurando às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem.
- d) O aproveitamento dos recursos hídricos, aí incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e lavra das riquezas minerais, poderão ser autorizados pelo Congresso Nacional que, mediante lei complementar, disciplinará o uso, ouvidas as comunidades afetadas.
- e) As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, não se podendo remover os índios de suas terras em hipótese nenhuma, constituindo-se neste caso, crime contra a humanidade.

**QUESTÃO 17**

São instrumentos internacionais de proteção dos direitos dos povos indígenas:

- a) Convenção contra tortura (1984), Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais (1966) e Convenção Internacional sobre os direitos da criança (1989).
- b) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945), Constituição Federal de 1988 e Decreto 591/92 que promulga o Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais.
- c) Declaração da ONU sobre direitos indígenas (2007), Convenção contra tortura (1984) e Convenção de Belém do Pará para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (1994).
- d) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945), Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais (1966) e Decreto 591/92 que promulga o Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais.
- e) Decreto 591/92 que promulga o Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais, Convenção Internacional sobre os direitos da criança (1989) e Declaração da ONU sobre direitos indígenas (2007).

**QUESTÃO 18**

Sobre os princípios da Deontologia Jurídica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O princípio da diligência afirma que o operador do direito deve dedicar-se à sua função honrando os seus compromissos com primazia.
- b) O princípio da conduta ilibada afirma que o operador do direito não pode agir de modo malicioso, com falta de sinceridade, aceitar suborno, receber presentes ou receber remuneração excessiva.
- c) O princípio da correção profissional afirma que o operador do direito deve sempre agir com parceria profissional em relação ao seu colega de trabalho, corrigindo sua conduta sempre que houver alguma conduta que se afaste do coleguismo profissional.
- d) O princípio da reserva afirma que o operador do direito deve agir com lealdade e verdade.

- e) O princípio da dignidade e do decoro profissional afirmam que a conduta do profissional do direito deve ser sempre qualificada como a mais perfeita possível, pois a sociedade exige cada vez mais um posicionamento do operador do direito como incorruptível.

**QUESTÃO 19**

As condutas abaixo estão conforme os ditames da deontologia jurídica, EXCETO:

- a) velar pela sua reputação pessoal e profissional.
- b) preservar uma conduta honrosa, nobre, atuar com destemor e independência, honestidade, decoro, lealdade, dignidade e boa-fé.
- c) deve abster-se de influência devida.
- d) deve buscar soluções justas, garantindo igualdade instrumental sempre que depender deste.
- e) no caso do advogado, é dever deste assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.

**QUESTÃO 20**

O Código Penal Brasileiro adotou o sistema trifásico de fixação da pena, o qual deverá ser observado pelo magistrado quando da imposição da pena ao réu na sentença. Assinale a alternativa CORRETA quanto ao sistema trifásico de fixação da pena.

- a) As circunstâncias agravantes e atenuantes, características analisadas durante a terceira fase, permitirão ao magistrado reduzir a pena base já fixada na fase anterior.
- b) Na primeira fase, o juiz analisará a culpabilidade do agente, os antecedentes, a personalidade e a conduta social do agente, os motivos e circunstâncias do crime, além das consequências e o comportamento da vítima. O quesito da reincidência somente será analisado na segunda fase de fixação da pena.
- c) No caso de o indivíduo praticar homicídio qualificado mediante promessa de recompensa com emprego de veneno, o juiz aplicará a qualificadora como circunstância mediante promessa de recompensa com emprego de veneno na segunda fase de fixação da pena.

d) Circunstância atenuante, o desconhecimento da lei ocasiona o abrandamento da pena.

e) Circunstâncias do crime são os fatores que levam o agente a praticar o delito, podendo constituir motivo agravante ou atenuante, qualificadora, causa de aumento ou diminuição de pena.

### QUESTÃO 21

A respeito do instituto da Suspensão Condicional da Pena, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Para gozar do *Sursis*, o condenado não pode ser reincidente em crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.

b) É medida de política criminal no Brasil.

c) A origem do instituto do *Sursis* é Francesa.

d) É direito público subjetivo do réu e tem caráter sancionatório.

e) Nada impede que uma pessoa possa ser beneficiada sucessivamente a suspensão condicional da pena.

### QUESTÃO 22

Assinale a alternativa CORRETA quanto as fontes, princípios de direito penal, aplicação e interpretação da lei penal no tempo e no espaço.

a) As fontes formais mediatas e os costumes são fontes diretas materiais.

b) Lei estadual pode estabelecer interpretação extensiva aos princípios gerais de direito penal.

c) A teoria da ubiquidade foi adotada pelo Código Penal Brasileiro em relação ao tempo do crime.

d) Crimes praticados em aeronave pertencente à aeronáutica serão apurados pela lei brasileira considerando o princípio da territorialidade, ainda que praticado em espaço aéreo estrangeiro.

e) No direito penal brasileiro, não se admite o uso de analogia.

### QUESTÃO 23

A finalidade da pena, no Direito Penal Brasileiro é:

a) repressiva e retributiva.

b) punitiva e preventiva (geral e especial).

c) reparativa e punitiva.

d) retributiva e ressocializadora.

e) preventiva (geral e especial) e retributiva.

### QUESTÃO 24

O direito penal brasileiro, quanto à imputabilidade penal e, como regra geral, optou pela adoção do sistema:

a) psicológico finalístico.

b) biológico finalístico.

c) biopsicológico.

d) psicanalítico finalístico.

e) biopsicanalítico.

### QUESTÃO 25

Ricardo, em 15/12/2018, foi condenado por decisão transitada em julgado, pela prática de crime de roubo à pena de à pena base de 4 anos de reclusão, majorado em 1/3, considerando o crime ter sido cometido com emprego de arma de fogo, totalizando 5 anos e 4 meses de reclusão e multa. Acontece que, em 23/04/2018, a Lei Federal nº 13.654/18 foi editada, estabelecendo uma majorante de 2/3 quando o crime for cometido mediante o emprego de arma de fogo. Considerando a alteração legislativa em questão, Ricardo:

a) deverá pleitear judicialmente o afastamento da pena majorada, por meio de revisão criminal, visando a redução da sanção penal imposta.

b) não deverá tomar medida alguma.

c) como a sentença já transitou em julgado, incabível a revisão criminal.

d) deverá recorrer ao Supremo Tribunal Federal uma vez que a Lei nº 13.654/18 é inconstitucional.

e) é caso de *abolitio criminis*.